

HABEAS CORPUS Nº 501.589 - SC (2019/0090020-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : SIMAO SCHMITH
ADVOGADO : SIMÃO SCHMITH - SC053166
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : NATAN JOSE ROSA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. DATA-BASE. DATA DA ÚLTIMA PRISÃO. DETRAÇÃO DO TEMPO DE PRISÃO CAUTELAR. TEMPO DE PRISÃO A SER DETRAÍDO CORRIGIDO. Ordem concedida liminarmente, em parte, nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Natan Jose Rosa** contra ato coator proferido pela Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que não conheceu do HC n. 4007374-92.2019.8.24.0000.

O impetrante alega, nas suas razões, em síntese, que a decisão de primeira instância contabilizou 53 dias de pena para detrair – em vez de 54 – e considerou como data-base a data da publicação da sentença. Afirma ter sido o paciente preso de forma cautelar, mas o termo inicial para obtenção dos benefícios da progressão de regime foi a data da publicação da sentença condenatória.

Argumenta que a Lei n. 7.210/1984 não estabeleceu um termo inicial para a concessão de benesses durante a execução penal. Logo, a aludida norma deve ser interpretada em favor do apenado, à luz do princípio do *favor rei* ou *favor libertatis*.

Conclui que o paciente faz jus à progressão desde 20/3/2019, pois os 54 dias que cumpriu em regime cautelar devem ser observados para obtenção da progressão de regime, conforme Súmula 716/STF e RHC n. 142.463.

Pede liminarmente a concessão da progressão de regime e que seja considerado como marco inicial a data da prisão preventiva (fls. 3/11).

Petição às fls. 85/91, juntando o acórdão combatido.

É o relatório.

Do detido exame dos autos, não verifico a existência de nítido constrangimento ilegal a ser sanado.

A despeito de não ter conhecido o *habeas corpus*, o Tribunal local dispôs o seguinte (fl. 89):

Na hipótese em exame, sustenta o impetrante ilegalidade no cômputo da detração para fins de progressão de regime e, ademais, que deve ser considerado como marco inicial para efeitos de progressão a data da prisão cautelar.

Da análise da decisão combatida, contudo, não se constata flagrante ilegalidade a viabilizar a concessão da ordem. Isso porque o MM. Juiz da Execução Penal justificou que o paciente "iniciou o resgate da reprimenda em 13.09.2012, possui 51 (cinquenta e um) dias de detração (14.09.2012 à 04.11.2012) e possui 06 (seis) anos, 01 (um) mês e 10 (dez) dias de interrupção (05.11.2012 à 14.11.2018)". Acrescentou, a partir disso, que:

[...] para ter direito a progressão de regime, o apenado deverá cumprir, a partir da data-base (14.12.2018), 1/6 da pena remanescente de 02 (dois) anos, 04 (quatro) meses e 09 (nove) dias, equivalente à 04 (quatro) meses e 21 (vinte e um) dias.

Assim, tem-se que da data-base (14.12.2018) até a presente o apenado cumpriu 02 (dois) meses e 28 (vinte e oito) dias da pena, ou seja, não há como deixar de se reconhecer que o preenchimento do lapso temporal exigido pelo art. 112 da Lei de Execução Penal, será alcançado em 04.05.2019 (fls. 10-11).

Frisa-se que, após a impetração do presente *writ*, a autoridade apontada como coatora retificou parcialmente o referido cálculo, reconhecendo o direito à 53 (cinquenta e três) dias de detração (fl. 232 dos autos de origem apensos).

Desse modo, além de não se verificar flagrante equívoco no cálculo relativo à detração, denota-se que o termo inicial para aferição dos futuros benefícios está em consonância com a jurisprudência desta Corte:

Das informações prestadas pelo Juízo de piso ao Tribunal *a quo*, extrai-se que a data-base considerada foi posterior ao início da prisão cautelar (fl. 68 – grifo nosso):

Infere-se dos autos que o paciente cumpre o *quantum* de 2 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, por infração a crime de natureza comum (art. 33, "caput", c/c §4º, da Lei n. 11.343/2006), conforme se extrai do acórdão de pp. 100-130.

Ainda, tem-se que **o paciente iniciou o resgate da reprimenda em 13.09.2012 e possui 53 (cinquenta e três) dias de detração referentes ao período em que permaneceu preso cautelarmente no curso da ação penal, entre 13.09.2012 e 05.11.2012, consoante Guia de Recolhimento de pp. 01-02.**

Verifica-se ainda que ele conta com 06 (seis) anos, 01 (um) mês e 08 (oito) dias de interrupção (06.11.2012 à 13.12.2018), encontrando-se em regime semiaberto desde 14.12.2018, consoante comunicado de prisão de pp. 135-136.

Ademais, também se retira do caderno processual que, na data-base (14.12.2018), restava ao paciente cumprir 02 (dois) anos, 04 (quatro) meses e 07 (sete) dias de pena, pois havia cumpridos exatos 01 (um) mês e 23 (vinte e três)

dias dessa reprimenda.

A Terceira Seção desta Corte, no julgamento do REsp n. 1.557.461/SC, fixou que a data-base, em casos de unificação da pena, deve ser a data da última prisão ou do cometimento de falta grave.

In casu, não há unificação da pena. O paciente foi inicialmente preso por 53 dias, após os quais se iniciou o período de interrupção. Reiniciando-se o cumprimento da pena em 13/12/2018, é a partir de então que deve ser contabilizado o tempo para eventuais benefícios do cumprimento da pena, detraindo-se o tempo de prisão cautelar.

Nesse ponto, cabe a concessão da ordem apenas para retificar a contagem do tempo de prisão, incluindo-se o dia do começo, nos termos do art. 10 do Código Penal, totalizando-se 54 dias de prisão.

Ante o exposto, **concedo liminarmente** a ordem, **em parte**, apenas para retificar o total de dias a serem detraídos para 54 dias.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 1º de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator